

Right barra votação do projeto do SUS

MÔNICA MAIA

BRASÍLIA — O projeto de organização da Seguridade Social, que colocaria em prática os maiores avanços sociais da Constituição, entrou num buraco negro. Às vésperas do vencimento do prazo de regulamentação, dia 5 de outubro, o líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi, pediu vistas ao projeto, alegando que “esse assunto merece maior reflexão”. O presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), José Eri Medeiros, reagiu indignado: “Com este ato, Righi rasgou a Constituição Federal”.

Ontem de manhã, Medeiros e vários secretários municipais de Saúde estiveram no gabinete do deputado para “fazer um apelo dramático”, mas ele se manteve irredutível. O Conasems acusa Righi de ser “testa-de-ferro” do sistema privado de saúde. Os secretários dizem ter ouvido uma conversa telefônica do deputado com o presidente da Federação Brasileira dos Hospitais, José Algaia. Membros da federação estiveram em bloco em Brasília, onde se reuniram com Righi. “Sem dúvida, há ligação entre esses fatos”, observou o deputado Raimundo Bezerra, autor do projeto.

Medeiros protesta contra a manobra de Righi explicando que os municípios terão inviabilizado o repasse de recursos e acabarão votando suas leis próprias, por não disporem de uma lei maior. Continua em vigor o Sistema Único e Descentralizado de Saúde, de competência de governos estaduais. O Sistema Único de Saúde (SUS), cuja implantação é o objetivo do projeto de Seguridade Social, municipalizaria definitivamente o setor. Segundo o secretário José Rivaldo Santos, a saúde continuará objeto de manobras eleitorais.